

Demonstrações  
Financeiras  
2020

Copacol

# Coopera Sempre

## **COPACOL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA**

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Rua Desembargador Munhoz de Melo, 176  
Fone: (45) 3241-8080 - [www.copacol.com.br](http://www.copacol.com.br)

Valter Pitol  
**Diretor Presidente**

James Fernando de Morais  
**Diretor Vice-presidente**

Silvério Constantino  
**Diretor Secretário**

### **Conselho de Administração:**

Adelir João Dalmagro  
Ailton José Cecato  
Andrei Buss  
Antônio Mauro Painelli  
Cezar Célio Cerneck  
Darci Mezzari  
Genézio Clemente  
Ítalo Rafael Sirico  
João Alves Rodrigues  
José Moraes da Silva Filho  
Luiz Antônio Della Valentina  
Pedro Avancini

### **Conselho Fiscal Efetivos:**

Arlindo Paulus  
Alex Bini Ferreira  
Elder Candido Gabriel

### **Conselho Fiscal Suplentes:**

Anderson Zuck  
Martin Steimbach  
Waldemar De Ré



# Conteúdo

04

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

07

Balancos patrimoniais

09

Demonstrações de sobras ou perdas

10

Demonstrações do resultado abrangente

11

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

12

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

13

Notas explicativas às demonstrações financeiras

62

Parecer do Conselho Fiscal



KPMG Auditores Independentes  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Conselheiros e Diretores da  
Copacol – Cooperativa Agroindustrial Consolata  
Cafelândia - Paraná

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copacol - Cooperativa Agroindustrial Consolata ("Cooperativa" ou "Grupo"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras e perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Copacol - Cooperativa Agroindustrial Consolata em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cooperativa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### **Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício anterior**

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos, assim como não foram examinados por outros auditores independentes, o balanço patrimonial consolidado do Grupo em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações de sobras e perdas consolidadas, do resultado abrangente consolidado, das mutações do patrimônio líquido consolidado e dos fluxos de caixa consolidado para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

### **Auditoria das demonstrações financeiras individuais do exercício anterior**

O balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações individuais de sobras e perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 17 de janeiro de 2020, sem modificação.

## **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 25 de janeiro de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Cristiano Aurélio Kruk  
Contador CRC PR-054366/O-0

# BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
					<b>Não auditado</b>
Caixa e equivalentes de caixa	10	824.590	639.093	826.788	640.872
Aplicações financeiras	10	238.892	217.089	238.892	217.089
Contas a receber	11	629.870	575.613	629.775	575.778
Impostos a recuperar	12	33.910	50.878	34.132	51.241
Adiantamento a fornecedores		230.484	169.763	225.239	169.763
Instrumentos financeiros derivativos	34	169.260	22.054	169.260	22.054
Outros créditos a receber		65.637	60.679	65.974	60.022
Estoques	13	1.074.547	668.791	1.074.562	668.806
Ativo biológico	14	246.867	149.797	246.867	149.797
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>3.514.057</b>	<b>2.553.757</b>	<b>3.511.489</b>	<b>2.555.422</b>
Contas a receber	11	16.294	23.733	16.294	23.733
Outros créditos a receber		371	609	379	(302)
Impostos a recuperar	12	98.042	85.213	98.288	85.213
Depósitos judiciais		3.767	3.915	3.767	3.915
Propriedades para investimento		-	-	29.343	-
Investimentos	15	204.363	120.199	134.511	112.837
Imobilizado	16	1.541.544	1.361.584	1.555.880	1.369.147
Ativo biológico	14	170.022	104.343	170.022	104.343
Direito de uso		76.626	52.815	76.626	52.815
Intangível	17	2.326	3.529	37.668	9.996
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.113.355</b>	<b>1.755.940</b>	<b>2.122.778</b>	<b>1.761.697</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>5.627.412</b>	<b>4.309.697</b>	<b>5.634.267</b>	<b>4.317.119</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Passivo</b>					<b>Não auditado</b>
Débito com cooperados e não cooperados	18	647.347	463.412	647.347	463.412
Fornecedores	19	417.546	298.389	418.658	299.495
Empréstimos e financiamentos	20	1.478.380	1.255.634	1.478.505	1.255.746
Obrigações sociais e tributárias	21	19.993	22.084	20.282	22.290
Obrigações com pessoal	22	67.866	58.210	68.155	58.452
Instrumentos financeiros derivativos	34	141.132	11.933	141.132	11.933
Contas a pagar de arrendamento		5.362	3.549	5.362	3.549
Outros débitos a pagar	23	50.051	33.781	50.053	33.781
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>2.827.677</b>	<b>2.146.992</b>	<b>2.829.494</b>	<b>2.148.658</b>
Fornecedores	19	25.225	138	30.071	5.570
Empréstimos e financiamentos	20	773.856	544.625	773.939	544.833
Provisão para contingências	25	24.258	22.500	24.357	22.599
Instrumentos financeiros derivativos	34	43.086	-	43.086	-
Contas a pagar de arrendamento		71.264	49.266	71.264	49.266
Outros débitos a pagar	23	4.902	7.588	4.902	7.595
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>942.591</b>	<b>624.117</b>	<b>947.619</b>	<b>629.863</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	27				
Capital social subscrito		115.834	104.232	115.844	104.242
Reserva estatutária		739.447	621.576	739.447	621.576
Reserva especial		146.278	110.000	146.278	110.000
Reserva de capital		677.871	553.757	677.871	553.757
Ajuste de avaliação patrimonial		95.786	98.413	95.786	98.413
Contabilidade de hedge		2.114	(2.337)	2.114	(2.337)
Sobras do exercício		79.814	52.947	79.814	52.947
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.857.144</b>	<b>1.538.588</b>	<b>1.857.154</b>	<b>1.538.598</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>5.627.412</b>	<b>4.309.697</b>	<b>5.634.267</b>	<b>4.317.119</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa			Controladora		Consolidado	
		Cooperados	Não Cooperados	2020	2019	2020	2019
							Não auditado
Ingressos e receitas operacional líquidas	28	4.732.552	635.814	5.368.366	4.111.922	5.373.014	4.116.188
(-) Dispêndios e custos das vendas e serviços	29	(3.634.666)	(488.313)	(4.122.979)	(3.124.700)	(4.121.694)	(3.123.388)
Resultado com instrumentos financeiros		(39.143)	(5.259)	(44.402)	(3.240)	(44.402)	(3.240)
<b>Sobra e lucro bruto operacional</b>		<b>1.058.743</b>	<b>142.242</b>	<b>1.200.985</b>	<b>983.982</b>	<b>1.206.918</b>	<b>989.560</b>
<b>Dispêndios e despesas</b>		<b>(590.432)</b>	<b>(79.324)</b>	<b>(669.756)</b>	<b>(506.921)</b>	<b>(673.906)</b>	<b>(511.523)</b>
Dispêndio e despesas comerciais	30	(346.524)	(46.556)	(393.080)	(316.870)	(393.163)	(317.063)
Dispêndio e despesas administrativas	31	(203.514)	(27.341)	(230.855)	(142.142)	(233.408)	(144.061)
Dispêndio e despesas com pessoal	32	(157.928)	(21.217)	(179.145)	(159.637)	(181.614)	(161.916)
Dispêndio e despesas com conselho administrativo e fiscal		(2.350)	(316)	(2.666)	(1.989)	(2.666)	(1.989)
Dispêndio e despesas tributárias		(9.974)	(1.340)	(11.314)	(12.141)	(11.609)	(12.357)
Outros dispêndios e ingressos operacionais		129.858	17.446	147.304	125.858	148.554	125.863
<b>Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos</b>		<b>468.311</b>	<b>62.918</b>	<b>531.229</b>	<b>477.061</b>	<b>533.012</b>	<b>478.037</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(150.264)</b>	<b>(19.930)</b>	<b>(170.194)</b>	<b>(115.335)</b>	<b>(170.221)</b>	<b>(115.434)</b>
Ingressos e receitas financeiras	33	173.297	45.089	218.386	112.585	218.501	112.680
(-) Dispêndios e despesas financeiras	33	(323.561)	(65.019)	(388.580)	(227.920)	(388.722)	(228.114)
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	15	<b>1.062</b>	<b>141</b>	<b>1.203</b>	<b>588</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>319.109</b>	<b>43.129</b>	<b>362.238</b>	<b>362.314</b>	<b>362.791</b>	<b>362.603</b>
<b>Tributos sobre os lucros</b>		<b>-</b>	<b>(15.395)</b>	<b>(15.395)</b>	<b>(13.074)</b>	<b>(15.945)</b>	<b>(13.362)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	-	(15.395)	(15.395)	(13.074)	(15.945)	(13.362)
<b>Sobra e lucro líquido do exercício</b>		<b>319.109</b>	<b>27.734</b>	<b>346.843</b>	<b>349.240</b>	<b>346.846</b>	<b>349.241</b>
<b>Sobra e lucro líquido do exercício atribuído aos:</b>							
Controladores						346.843	349.240
Não controladores						3	1
<b>Sobra e lucro líquido do exercício</b>						<b>346.846</b>	<b>349.241</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>		
	<b>Nota explicativa</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
				<b>2020</b>	<b>2019</b>
					<b>Não auditado</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>346.843</b>	<b>349.240</b>	<b>346.846</b>	<b>349.241</b>
Contabilidade de hedge	27	<u>2.114</u>	<u>(2.337)</u>	<u>2.114</u>	<u>(2.337)</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b><u>348.957</u></b>	<b><u>346.903</u></b>	<b><u>348.960</u></b>	<b><u>346.904</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>					Contabilidade e de hedge	Sobras do exercício	Total
	Capital social	Reserva estatutária	Reserva especial	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial			
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>97.980</b>	<b>531.377</b>	<b>-</b>	<b>451.257</b>	<b>101.413</b>	<b>(1.832)</b>	<b>36.286</b>	<b>1.216.481</b>
Pagamento das sobras de 2018	-	-	-	-	-	-	(36.286)	(36.286)
Sobras/lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	349.240	349.240
Retenção para aumento de capital	11.459	-	-	-	-	-	-	11.459
Integralização de capital de novos cooperados	123	-	-	-	-	-	-	123
Baixa de capital (demissão, exclusão e eliminação)	(1.127)	-	-	-	-	-	-	(1.127)
Baixa de capital (cooperados com mais 55 anos)	(4.203)	-	-	-	-	-	-	(4.203)
Retirada de Fates	-	(3.090)	-	-	-	-	-	(3.090)
Realização ajuste avaliação patrimonial	-	2.627	-	-	(2.627)	-	-	-
Baixa ajuste avaliação patrimonial p/alienação	-	-	-	-	(373)	-	-	(373)
Contabilidade de hedge	-	-	-	-	-	(505)	-	(505)
Aumento de reserva - sobras Frimesa	-	711	-	-	-	-	-	711
Aumento de reserva - sobras Cotriguaçu	-	5.570	-	-	-	-	-	5.570
Aumento de reserva - outras	-	588	-	-	-	-	-	588
<b>Distribuição do resultado</b>								
Subvenções governamentais	-	-	-	102.500	-	-	(102.500)	-
Constituição reserva especial 2019	-	-	110.000	-	-	-	(110.000)	-
Aumento do Fates - resultado com terceiros	-	19.080	-	-	-	-	(19.080)	-
Aumento do Fates - 10%	-	11.766	-	-	-	-	(11.766)	-
Fundo de reserva legal - 20%	-	23.532	-	-	-	-	(23.532)	-
Reserva de desenvolvimento - 25%	-	29.415	-	-	-	-	(29.415)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>104.232</b>	<b>621.576</b>	<b>110.000</b>	<b>553.757</b>	<b>98.413</b>	<b>(2.337)</b>	<b>52.947</b>	<b>1.538.588</b>
Pagamento das sobras 2019	-	-	-	-	-	-	(52.947)	(52.947)
Sobras/lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	346.843	346.843
Retenção para aumento de capital	17.385	-	-	-	-	-	-	17.385
Integralização de capital de novos cooperados	57	-	-	-	-	-	-	57
Baixa de capital (demissão, exclusão e eliminação)	(1.358)	-	-	-	-	-	-	(1.358)
Baixa de capital (cooperados com mais 55 anos)	(4.482)	-	-	-	-	-	-	(4.482)
Retirada de Fates	-	(3.471)	-	-	-	-	-	(3.471)
Realização ajuste avaliação patrimonial	-	2.627	-	-	(2.627)	-	-	-
Contabilidade de hedge	-	-	-	-	-	4.451	-	4.451
Aumento de reserva - sobras Frimesa	-	403	-	-	-	-	-	403
Aumento de reserva - sobras Cotriguaçu	-	6.217	-	-	-	-	-	6.217
Aumento de reserva - outras	-	1.510	-	-	-	-	-	1.510
<b>Distribuição do resultado</b>								
Subvenções governamentais	-	-	-	124.114	-	-	(124.114)	-
Constituição reserva especial 2020	-	-	36.278	-	-	-	(32.330)	3.948
Aumento do Fates - resultado com terceiros	-	13.035	-	-	-	-	(13.035)	-
Aumento do Fates - 10%	-	17.736	-	-	-	-	(17.736)	-
Fundo de reserva legal - 20%	-	35.473	-	-	-	-	(35.473)	-
Reserva de desenvolvimento - 25%	-	44.341	-	-	-	-	(44.341)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>115.834</b>	<b>739.447</b>	<b>146.278</b>	<b>677.871</b>	<b>95.786</b>	<b>2.114</b>	<b>79.814</b>	<b>1.857.144</b>

# DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro líquido do exercício		346.843	349.240	346.846	349.241
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	14, 16 e 17	168.687	160.736	170.343	162.127
Resultado na alienação de imobilizado		2.483	8.745	2.483	8.745
Perda esperada do contas a receber	11	33.336	(23.969)	33.336	(23.969)
Provisão para deságio de ICMS	12	26.478	(31.015)	26.478	(31.015)
Provisão para contingências	25	1.758	10.500	1.758	10.599
Instrumentos financeiros derivativos	34	29.530	(3.592)	29.530	(3.592)
Juros e variação cambial apropriados	20	111.619	110.023	111.619	110.023
Resultado de equivalência patrimonial	15	(1.203)	(588)	-	-
Outras provisões		12.078	6.496	12.075	6.496
		<b>731.609</b>	<b>586.575</b>	<b>734.468</b>	<b>588.654</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>					
Aplicações financeiras	10	(21.803)	(60.761)	(21.803)	(60.761)
Contas a receber	11	(80.154)	(139.552)	(79.894)	(139.427)
Impostos a recuperar	12	(22.339)	38.318	(22.444)	38.329
Adiantamento a fornecedores		(60.721)	(58.753)	(55.476)	(57.273)
Estoques	13	(405.756)	(21.353)	(405.756)	(21.358)
Ativo biológico	14	(218.716)	(82.239)	(218.716)	(82.239)
Outros ativos		(4.572)	(568)	(6.485)	(687)
Débito com cooperados e não cooperados	18	201.320	47.618	201.320	47.618
Fornecedores	19	144.244	51.882	143.664	51.698
Obrigações sociais e tributárias	21	8.677	2.449	8.760	2.457
Obrigações com pessoal	22	9.656	6.424	9.703	6.413
Outros débitos a pagar	23	(16.849)	12.624	(16.854)	12.624
		<b>(467.013)</b>	<b>(203.910)</b>	<b>(463.981)</b>	<b>(202.605)</b>
Impostos pagos sobre o lucro		(10.768)	(4.372)	(10.768)	(4.372)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>253.828</b>	<b>378.293</b>	<b>259.719</b>	<b>381.677</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>					
Aquisições de imobilizado	16	(293.384)	(241.626)	(298.873)	(242.641)
Aquisições de intangível	17	(576)	(220)	(577)	(220)
Aquisição de investimento em sociedades não cooperativas	15	(30.724)	-	(30.724)	-
Aumento de investimento em sociedades cooperativas	15	(21.804)	(3.387)	(21.674)	(3.977)
<b>Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>		<b>(346.488)</b>	<b>(245.233)</b>	<b>(351.848)</b>	<b>(246.838)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>					
Financiamentos bancários tomados	20	1.906.148	1.318.376	1.906.148	1.318.376
Financiamentos bancários - principal e juros amortizado	20	(1.565.790)	(1.201.267)	(1.565.902)	(1.201.267)
Integralização de capital de novos cooperados	27	57	123	57	123
Baixa de capital de cooperados	27	(9.311)	(8.420)	(9.311)	(8.420)
Pagamento de sobras	27	(52.947)	(36.286)	(52.947)	(36.286)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>278.157</b>	<b>72.526</b>	<b>278.045</b>	<b>72.526</b>
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		185.497	205.586	185.916	207.365
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	10	639.093	433.507	640.872	433.507
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	10	<b>824.590</b>	<b>639.093</b>	<b>826.788</b>	<b>640.872</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

## 1 Contexto operacional

A Copacol – Cooperativa Agroindustrial Consolata (“Cooperativa”, “Cooperativa e suas controladas” ou “Grupo”), com sede na rua Desembargador Munhoz de Melo, nº 176, na cidade de Cafelândia – PR, é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, que tem como objetivo social a congregação dos seus sócios para o exercício de suas atividades econômicas, sem objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista do país.

A Copacol atua no recebimento, secagem, beneficiamento, armazenagem, industrialização e comercialização da produção dos cooperados, com destaque para os produtos soja, milho, trigo, café, aves, suínos, leite, peixes, sementes, rações, óleos e farelo de soja, comercialização de insumos agropecuários, supermercados e prestação de serviços, visando o desenvolvimento e a melhoria das condições socioeconômicas dos seus cooperados.

Para atender a demanda da produção de seus cooperados, a Copacol possui uma estrutura operacional, como o parque industrial, unidades de recebimento e armazenagem de produtos agrícolas, centro de pesquisa agrícola, laboratório de análise, unidades de produção e unidades comerciais de vendas de produtos, mercadorias e serviços.

## 2 Entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Cooperativa e suas controladas, conforme lista abaixo:

		Participação acionária em %	
	País	2019	2020
Constel Tecnologia Ltda.	Brasil	99,80	99,80
Copfrio Locação de Armazéns Frig. Ltda.	Brasil	99,80	99,80
Tilápia Pisceis Produtos da Aquicultura Ltda.	Brasil	-	100

### Constel Tecnologia Ltda.

A Constel Tecnologia Ltda. está localizada a rua Pará, nº 812, bairro Country, cidade de Cascavel/PR, tendo por objeto social a importação, exportação, comércio varejista de equipamentos de informática e telecomunicações, serviços de hospedagem, monitoração, administração, operação e gerência de equipamentos de processamento de dados e programas de computador, prestação de serviço multimídia e acesso à rede mundial de internet, serviços de projetos, montagem, instalação, manutenção, locação e assistência técnica de equipamentos de informática, computadores e periféricos, comunicações e telecomunicações, execução e manutenção de redes telefônicas e de comunicações de dados externas e prediais; licenciamento de programas de computadores customizados e não customizados; provedores de voz sobre protocolo internet – VOIP; e representação comercial.

### Copfrio Locação de Armazéns Frigoríficos Ltda.

A Copfrio Locação de Armazéns Frigoríficos Ltda. está localizada no trecho 10, lote 5, pavilhão b/5, zona industrial (Guará), Cidade de Brasília/DF, tendo como objeto social o aluguel de câmaras frigoríficas, máquinas e equipamentos.

## **Tilápia Pisceos Produtos da Aquicultura Ltda.**

A Tilápia Pisceos Produtos da Aquicultura Ltda. está localizada na estrada para São Luiz do Oeste – Km 01, lote 09, s/n, zona rural do município de Toledo/PR, tendo como objeto social o abate e a industrialização de peixes.

### **2.1 Aquisição de controladas**

Em 17 de agosto de 2020, a Cooperativa firmou com a empresa Copisceos – Cooperativa Agroindustrial de Piscicultura Pisceos e outros sócios pessoas físicas, contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças de 100% das quotas representativas do capital social da Tilápia Pisceos Produtos da Aquicultura Ltda.

A norma contábil CPC 15 (R1), que trata da combinação de negócios, requer a identificação do adquirente contábil em uma combinação de negócios. Neste caso, a Cooperativa passou a ter o controle sobre a Tilápia Pisceos Produtos da Aquicultura Ltda. em 17 de agosto de 2020, data em que ocorreu a formalização dos acordos, sendo essa data considerada como “data de aquisição” para fins do reconhecimento contábil da transação.

#### **a. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos**

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

	<b>2020</b>
Máquinas e equipamentos	17.296
Edifícios	12.248
Terrenos	4.470
Veículos	2.652
Móveis e utensílios	227
Equipamentos de informática	83
Carteira de clientes	5.631
Cadeia de fornecimento	5.006
Empréstimos e financiamentos	(2.772)
Fornecedores e impostos	(10.701)
	<hr/> <b>34.140</b> <hr/>

#### **b. Ágio**

A aquisição da unidade industrial de peixes, gerou um ágio proveniente da diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “Investimento” nas demonstrações financeiras individuais e como “Ativo intangível” nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio reconhecido como resultado desta aquisição foi determinado conforme segue:

	<b>2020</b>
Contraprestação transferida	61.157
Valor justo dos ativos e passivos líquidos identificáveis	(34.140)
	<hr/>
<b>Ágio</b>	<b>27.017</b> <hr/>

### 3 **Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e disposições específicas aplicadas as sociedades cooperativas contidas na Lei 5.764/71, bem como nas interpretações técnicas contidas no ITG 2004 – Entidades Cooperativas.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de janeiro de 2020.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 6 e nota explicativa 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 4 **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 5 **Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, ingressos e receitas, dispêndios e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **(a) *Julgamentos***

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.1 – definição de combinação de negócio;
- Nota explicativa 8(q) – prazo de arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

#### **(b) *Incertezas sobre premissas e estimativas***

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem riscos significativos de resultar em ajustes materiais dos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 11 – mensuração de perda de crédito esperada nas contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada da perda;
- Nota explicativa 14 – determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- Nota explicativa 16 – vida útil e valor residual dos ativos imobilizados;
- Nota explicativa 17 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota explicativa 25 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 34 – determinação de valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.

**(c) Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Cooperativa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluindo nível 1, que são observáveis para ativos e passivos, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 2.1 – Aquisição de controlada;
- Nota explicativa 13 – Estoques;
- Nota explicativa 14 – Ativos biológicos; e
- Nota explicativa 34 – Instrumentos financeiros.

## **6 Mudanças nas principais políticas contábeis**

O Grupo adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo aplicou a Definição de um Negócio (Alterações ao CPC 15) às combinações de negócios cujas datas de aquisição ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para avaliar se havia adquirido um negócio ou um grupo de ativos. Os detalhes das políticas contábeis estão apresentados na nota explicativa 8. Consulte também nota explicativa 2 para detalhes da aquisição de subsidiária do Grupo durante o ano.

O Grupo aplicou as alterações da reforma da taxa de juros de referência retrospectivamente às relações de *hedging* que existiam em 1º de janeiro de 2020 ou foram designadas posteriormente e que são diretamente afetadas pela reforma da taxa de juros de referência. Estas alterações também se aplicam ao ganho ou perda acumulado na reserva de *hedge* de fluxo de caixa existente em 1º de janeiro de 2020. Os detalhes das políticas contábeis encontram-se divulgados na nota



explicativa 8. Veja também a nota explicativa 34 para divulgações relacionadas sobre riscos e contabilidade de *hedge*.

## 7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, estoque de produtos agrícolas e ativos biológicos que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo.

## 8 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

### (a) Base de consolidação

#### (i) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

#### (ii) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos

exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

**(iii) Investimento em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos do Grupo em sociedades não-cooperativas foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

**(iv) Investimentos em entidades Cooperativas contabilizados pelo método de custo**

Os investimentos do Grupo em sociedades cooperativas foram avaliados pelo custo de aquisição e refletem o valor de realização do investimento, conforme requerido pelo ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

**(v) Transações eliminadas na consolidação**

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**(b) Moeda estrangeira**

**(i) Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Cooperativa, pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**(ii) Operações no exterior**

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

### **(c) Reconhecimento de Receita**

A receita operacional é reconhecida de acordo com os preceitos do CPC 47 “Receita de contratos com Clientes” que estabelece que a receita seja reconhecida quando (i) a obrigação de desempenho é cumprida, ou sejam, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Cooperativa, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos comerciais e bonificações.

A receita compreende o valor faturado pela venda de mercadorias e serviços. O Grupo adota como política de reconhecimento de receita o momento do cumprimento da obrigação de desempenho, que ocorre na transferência do controle sobre o produto ao cliente.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo-se como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

### **(d) Obrigações com associados e fornecedores**

São originadas por aquisições de bens ou serviços no exercício das atividades operacionais e reconhecidas aos valores de negociação. Os produtos ainda não fixados estão provisionados pelo preço de compra praticado pela Cooperativa na data das demonstrações financeiras.

### **(e) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações e benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas com pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Cooperativa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### **(f) Subvenção e assistências governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como “Ingressos e receitas operacional líquidas” para as subvenções da Lei Brandão, em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas .

### **(g) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicação financeira, variação cambial ativa, juros recebidos e descontos obtidos que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com descontos concedidos, variação cambial passiva e despesas com juros de empréstimos e financiamentos.

### **(h) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício decorrente das operações com não cooperados. O resultado das operações com cooperados não são tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são

reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(i) Ativos biológicos**

Os ativos biológicos são mensurados a valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

**(j) Estoques**

Os insumos, matérias-primas, mercadorias para revenda e almoxarifados, foram avaliados pelo método de custo de aquisição, líquidos de seus impostos recuperáveis, não excedendo seu valor realizável líquido.

Os produtos agrícolas, quando não utilizados para consumo interno, são avaliados pelo valor de mercado, considerando o preço de fechamento no encerramento do exercício, líquidos de seus impostos recuperáveis não excedendo seu valor realizável líquido.

Os produtos agrícolas a fixar foram avaliados pelo valor de mercado considerando o preço de fechamento do exercício.

Os produtos industriais foram avaliados pelo custo médio de produção, líquido dos impostos recuperáveis, não excedendo o valor realizável líquido.

## **(k) Imobilizado**

### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para as normas CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

### **(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

### **(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios e benfeitorias	25 anos
Poços artesianos	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Aparelhos de comunicação	5 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e implementos agrícolas	4 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **(l) Ativos intangíveis e ágio**

### **(i) Reconhecimento e mensuração**

#### **Ágio**

O ágio decorre da aquisição da Tilápia Pisces Produtos da Aquicultura Ltda. e da Copfrio Locação de Armazens Frigoríficos Ltda., mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### **Marcas e patentes**

As marcas e patentes possuem vida útil definida e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

#### **Cessão de uso**

Refere-se à permissão de uso do espaço localizado na Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A – CEASA/DF, sociedade de economia mista, com sede administrativa no SIA/SUL – Trecho 10, lote N° 05, pelo prazo de 15 anos, para administrar reservas de espaços de câmaras frigoríficas para armazenagem de gêneros alimentícios, congelados e resfriados.

### **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis compreendem os sistemas de informática (*softwares*) e licenças de uso destes, têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### **(ii) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### **(iii) Amortização**

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio de marcas e patentes não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes	10 anos
Software	5 anos
Cessão de uso	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

### **(m) Propriedade para investimento**

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

### **(n) Instrumentos financeiros**

#### **(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cooperativa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.



## **(ii) Classificação e mensuração subsequente**

### ***Ativos financeiros***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Cooperativa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Cooperativa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

### ***Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio***

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

***Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros***

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

***Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.



### ***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### ***(iii) Desreconhecimento***

##### ***Ativos Financeiros***

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

##### ***Passivos Financeiros***

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### ***(iv) Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### ***(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge***

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira.

No início das relações de *hedge* designadas, a Cooperativa documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

#### ***Hedges diretamente afetados pela reforma da taxa de juros de referência***

Para efeitos de avaliação da existência de uma relação econômica entre o(s) item(ns) objeto de *hedge* e o(s) instrumento(s) de *hedge*, o Grupo assume que a taxa de juros de referência não é alterada como resultado da reforma da taxa de juros de referência.

Para um *hedge* de fluxo de caixa de uma transação prevista, o Grupo assume que a taxa de juros de referência não será alterada como resultado da reforma do índice da taxa de juros de referência com o objetivo de determinar se uma transação prevista é altamente provável e apresenta uma exposição a variações de caixa fluxos que podem afetar o resultado. Ao determinar se uma transação prevista anteriormente designada em um *hedge* de fluxo de caixa descontinuado ainda deve ocorrer, o Grupo assume que os fluxos de caixa da taxa de juros de referência designados como *hedge* não serão alterados como resultado da reforma da taxa de juros de referência.

O Grupo deixará de aplicar a política específica de avaliação da relação econômica entre o item objeto de *hedge* e o instrumento de *hedge* (i) a um item objeto de *hedge* ou instrumento de *hedge* quando a incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência não estiver mais presente no momento e no valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do respectivo item ou instrumento ou (ii) quando a relação de proteção do qual o item objeto de *hedge* faz parte for descontinuada. Para sua avaliação sobre o item objeto de *hedge* ser altamente provável, o Grupo não aplicará mais a política específica quando a incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência sobre o momento e o valor dos fluxos de caixa futuros baseados na reforma da taxa de juros de referência do item objeto de *hedge* não estiver mais presente, ou quando a relação de *hedge* for descontinuada.

#### ***Hedges de fluxo de caixa***

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em ORA (outros resultados abrangentes) e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o

valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

**(o) Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

***Instrumentos financeiros e ativos contratuais***

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.  
O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e cooperados são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias;
- as perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com créditos que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- as perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

#### ***Mensuração das perdas de crédito esperadas***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### ***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, avalia-se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido, que em condições normais não seriam aceitas;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras

#### ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### ***Baixa***

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando não se tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais é adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, é feita uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos de recuperação dos valores devidos.

#### ***(ii) Ativos não financeiros***

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma

indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

**(p) Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências são reconhecidas apenas quando é provável que desembolsos de caixa ocorrerão e seu valor é determinado com base na estimativa das ações em curso.

As contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista objeto de contestações judiciais são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação.

**(q) Arrendamentos**

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

**(i) Como arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

#### ***Arrendamentos de ativos de baixo valor***

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

#### ***(ii) Como arrendador***

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.



O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

**(r) Segregação do resultado com associados e terceiros**

As sobras e os resultados são segregados de acordo com os atos praticados com cooperados e não cooperados e apropriados em contas contábeis individualizadas. Havendo impossibilidade de apropriação direta de tais valores por serem comuns aos atos com cooperados e não cooperados, estes são rateados proporcionalmente de acordo com critérios estabelecidos pela Cooperativa. Para efeito de cálculo das sobras relativas aos cooperados e do resultado das operações com não cooperados foram adotados os seguintes critérios:

- Produtos agropecuários: a proporcionalidade do recebimento dos produtos de cooperados e não cooperados; e
- Bens de fornecimento: a proporcionalidade das vendas efetuadas a cooperados e não cooperados.

**(s) Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 5(b)). Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se ao Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

**(t) Reclassificação de saldos comparativos**

Certos montantes dos saldos comparativos do balanço patrimonial individual e das demonstrações de sobras ou perdas individuais da Cooperativa e consequentemente nas notas explicativas foram reclassificadas para melhorar o nível de detalhamento das divulgações nessas demonstrações financeiras e para melhor representar a natureza das operações. As reclassificações foram as seguintes:

<b>2019</b>			
<b>Ativo</b>	<b>Apresentado</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Reapresentado</b>
Caixa e equivalentes de caixa	639.093	-	639.093
Aplicações financeiras	217.089	-	217.089
Contas a receber	620.877	(45.264)	575.613
Impostos a recuperar	50.878	-	50.878
Adiantamento a fornecedores	169.763	-	169.763
Créditos a receber com funcionários	2.722	(2.722)	-
Instrumentos financeiros derivativos	22.054	-	22.054
Outros créditos a receber	11.909	48.770	60.679
Estoques	818.589	(149.798)	668.791
Ativo biológico	39.130	110.667	149.797
Despesa do exercício seguinte	784	(784)	-
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>2.592.888</b>	<b>(39.131)</b>	<b>2.553.757</b>
Contas a receber	24.340	(607)	23.733
Outros créditos a receber	-	609	609
Impostos a recuperar	85.213	-	85.213
Depósitos judiciais	3.915	-	3.915
Investimentos	120.199	-	120.199
Imobilizado	1.361.584	-	1.361.584
Ativo biológico	118.029	(13.686)	104.343
Direito de uso	-	52.815	52.815
Intangível	3.529	-	3.529
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.716.809</b>	<b>39.131</b>	<b>1.755.940</b>
	<b>4.309.697</b>	<b>-</b>	<b>4.309.697</b>
<b>2019</b>			
<b>Passivo</b>	<b>Apresentado</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Reapresentado</b>
Débito de cooperados e não cooperados	470.638	(7.226)	463.412
Fornecedores	293.917	4.472	298.389
Empréstimos e financiamentos	1.255.634	-	1.255.634
Obrigações sociais e tributárias	22.084	-	22.084
Obrigações com pessoal	29.863	28.347	58.210
Instrumentos financeiros derivativos	11.933	-	11.933
Contas a pagar de arrendamento	-	3.549	3.549
Outros débitos a pagar	62.923	(29.142)	33.781
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>2.146.992</b>	<b>-</b>	<b>2.146.992</b>
Fornecedores	-	138	138
Empréstimos e financiamentos	544.625	-	544.625
Provisão para contingências	-	22.500	22.500
Contas a pagar de arrendamento	-	49.266	49.266
Outros débitos a pagar	53.489	(45.901)	7.588
Outras provisões	26.003	(26.003)	-
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>624.117</b>	<b>-</b>	<b>624.117</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.538.588</b>	<b>-</b>	<b>1.538.588</b>
	<b>4.309.697</b>	<b>-</b>	<b>4.309.697</b>



	<b>2019</b>		
	<b>Apresentado</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>Reapresentado</b>
Ingressos e receitas operacional líquidas	4.111.922	-	4.111.922
(-) Dispêndios e custos das vendas e serviços	(3.127.940)	3.240	(3.124.700)
Resultado com instrumentos financeiros	-	(3.240)	(3.240)
<b>Sobra e lucro bruto operacional</b>	<b>983.982</b>	<b>-</b>	<b>983.982</b>
<b>Dispêndios e despesas</b>	<b>(506.333)</b>	<b>(588)</b>	<b>(506.921)</b>
Dispêndio e despesas comerciais	(319.247)	2.377	(316.870)
Dispêndio e despesas administrativas	(693.635)	551.493	(142.142)
Dispêndio e despesas com pessoal	(420.557)	260.920	(159.637)
Dispêndio e despesas com conselho administrativo e fiscal	-	(1.989)	(1.989)
Dispêndio e despesas tributárias	(14.967)	2.826	(12.141)
Outros dispêndios e ingressos operacionais	126.446	(588)	125.858
(-) Transf. disp. e desp. p/custos inds.	815.627	(815.627)	-
<b>Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos</b>	<b>477.649</b>	<b>(588)</b>	<b>477.061</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(115.335)</b>	<b>-</b>	<b>(115.335)</b>
Ingressos e receitas financeiras	112.585	-	112.585
(-) Dispêndios e despesas financeiras	(227.920)	-	(227.920)
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>-</b>	<b>588</b>	<b>588</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>362.314</b>	<b>-</b>	<b>362.314</b>
<b>Tributos sobre os lucros</b>	<b>(13.074)</b>	<b>-</b>	<b>(13.074)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(13.074)	-	(13.074)
<b>Sobra e lucro líquido do exercício</b>	<b>349.240</b>	<b>-</b>	<b>349.240</b>

## 9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

### **Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)**

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. O Grupo determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2020 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

### **Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)**

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- contabilidade de *hedge*.

**(i) Mudança na base para determinação dos fluxos de caixa**

As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro.

**(ii) Contabilidade de *hedge***

As alterações fornecem exceções aos requerimentos de contabilidade de *hedge* nas seguintes áreas:

Permitir a alteração da designação de uma relação de *hedge* para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma.

Quando um item objeto de *hedge* em um *hedge* de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças exigidas pela reforma, o valor acumulado na reserva de *hedge* de fluxo de caixa será considerado com base na taxa de referência alternativa na qual os fluxos de caixa futuros objeto de *hedge* estão determinados.

Quando um grupo de itens é designado como um item objeto de *hedge* e um item do grupo é alterado para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma, os itens objeto de *hedge* são alocados a subgrupos com base nas taxas de referência que estão sendo objeto de *hedge*.

Se uma entidade espera razoavelmente que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável dentro de um período de 24 meses, ela não está proibida de designar a taxa como um componente de risco não contratualmente especificado se não for separadamente identificável na data de designação.

**(iii) Divulgação**

As alterações exigirão que o Grupo divulgue informações adicionais sobre a exposição da entidade a riscos decorrentes da reforma da taxa de juros de referência e atividades de gestão de risco relacionadas.

**(iv) Transição**

O Grupo planeja aplicar as alterações a partir de 1 de Janeiro de 2021. A aplicação não terá impacto nos montantes reportados para 2020 ou períodos anteriores.

**Outras Normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

## 10 Caixa, equivalentes e aplicações financeiras

### a. Caixa e equivalentes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019 Não auditado
Aplicações financeiras	743.575	574.721	745.670	576.197
Caixa e bancos	80.385	63.938	80.488	64.241
Numerário em trânsito	630	434	630	434
	<b>824.590</b>	<b>639.093</b>	<b>826.788</b>	<b>640.872</b>

As aplicações financeiras são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e debêntures, remuneradas a taxa de 98% a 109% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (95% a 103% em 2019).

### b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras não possuem liquidez imediata e não serão utilizadas nas atividades operacionais da Cooperativa dentro do período de três meses e, por isso, encontram-se registradas na rubrica de aplicações financeiras no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxas que variam, aproximadamente, entre 99% e 125% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 11 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019 Não auditado
<b>Crédito de associados</b>				
Duplicatas a receber	159.062	161.015	158.814	161.015
Financiamento a cooperados	8.936	11.519	8.936	11.519
Outros	10.383	14.322	10.383	14.322
(-) Perdas de crédito esperada	(15.966)	(12.096)	(15.966)	(12.096)
<b>Crédito de não cooperados</b>				
Duplicatas a receber	38.418	17.918	38.418	17.918
Outros	536	592	536	592
(-) Perdas de crédito esperada	(2.881)	(1.222)	(2.881)	(1.222)
<b>Cientes</b>				
Duplicatas a receber	473.431	407.646	473.584	407.811
Outros	6.176	3.776	6.176	3.776
(-) Perdas de crédito esperada	(31.931)	(4.124)	(31.931)	(4.124)
	<b>646.164</b>	<b>599.346</b>	<b>646.069</b>	<b>599.511</b>
Circulante	629.870	575.613	629.775	575.778
Não circulante	16.294	23.733	16.294	23.733

A perda esperada do contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de associados, não cooperados e clientes. A perda esperada do contas a receber é calculada com base na avaliação individual da situação de cada associado ou terceiro, considerando as informações históricas de pagamento para realizar a provisão sobre os saldos a vencer bem como análises dos saldos vencidos existentes na data do encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração também as garantias fornecidas. A movimentação da provisão para perda esperada do contas a receber está apresentada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019 Não auditado
Saldo inicial em 1º de janeiro	17.442	41.411	17.442	41.411
Constituição (reversão) de provisão	33.336	(23.969)	33.336	(23.969)
<b>Saldo final em 31 de dezembro</b>	<b>50.778</b>	<b>17.442</b>	<b>50.778</b>	<b>17.442</b>

A composição por vencimento (*aging list*) dos créditos de associados, não cooperados e clientes está apresentada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019 Não auditado
A vencer	647.371	593.570	647.276	593.736
Vencidos até 30 dias	43.174	21.061	43.174	21.061
Vencidos de 31 a 60 dias	6.059	1.168	6.059	1.168
Vencidos de 61 a 90 dias	50	252	50	252
Vencidos de 91 a 120 dias	58	87	58	87
Vencidos de 121 a 180 dias	48	182	48	182
Vencidos a mais de 180 dias	182	468	182	467
	<b>696.942</b>	<b>616.788</b>	<b>696.847</b>	<b>616.953</b>

## 12 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019 Não auditado
ICMS	163.048	141.713	163.504	142.044
IRRF	21.002	20.903	21.002	20.903
IRPJ	3.344	2.626	3.351	2.640
CSLL	1.748	1.445	1.753	1.452
PIS e COFINS	271	387	271	398
INSS	32	32	32	32
(-) Deságio de ICMS	(57.493)	(31.015)	(57.493)	(31.015)
	<b>131.952</b>	<b>136.091</b>	<b>132.420</b>	<b>136.454</b>
Circulante	33.910	50.878	34.132	51.241
Não circulante	98.042	85.213	98.288	85.213

Os saldos de ICMS a recuperar são provenientes das transações normais do Grupo, os quais foram registrados pelo valor líquido de realização. A constituição do deságio foi realizada com base no percentual de perda esperada na venda dos respectivos créditos.

## 13 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019 Não auditado
Estoque de produtos acabados	232.863	136.329	232.863	136.329
Estoque de produtos agrícolas	202.381	63.957	202.381	63.957
Estoque de insumos	214.111	127.691	214.111	127.691
Estoque a fixar (i)	202.376	175.802	202.376	175.802
Estoque de matéria prima	158.668	119.501	158.668	119.501
Estoque de bens para revenda	32.173	25.185	32.188	25.200
Estoque de almoxarifado	21.225	20.326	21.225	20.326
Estoque em poder de terceiros	10.750	-	10.750	-
	<b><u>1.074.547</u></b>	<b><u>668.791</u></b>	<b><u>1.074.562</u></b>	<b><u>668.806</u></b>

- (i) Refere-se a produtos recebidos de associados com preço a fixar e foram registrados contabilmente em conta própria de estoque, individualizada, tendo contrapartida registrada em conta de passivo, mensurados a valor justo, nos termos do requerido pelo ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

## 14 Ativo biológico

Os saldos contábeis dos ativos biológicos no ativo circulante e no ativo não circulante estão representados a seguir:

### a. Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019 Não auditado
<b>Ativos biológicos em formação (i)</b>				
Aves	152.054	87.502	152.054	87.502
Peixes	50.139	32.425	50.139	32.425
Suínos	44.210	29.115	44.210	29.115
Novilhas	438	356	438	356
Ovos férteis	26	399	26	399
<b>Circulante</b>	<b><u>246.867</u></b>	<b><u>149.797</u></b>	<b><u>246.867</u></b>	<b><u>149.797</u></b>
Reflorestamento (iii)	117.962	57.892	117.962	57.892
Aves matrizes (ii)	68.705	59.612	68.705	59.612
Novilhas matrizes (ii)	13.122	11.322	13.122	11.323
Suínos matrizes (ii)	12.412	14.121	12.412	14.122
Peixes matrizes (ii)	615	761	615	761
(-) Amortização e exaustão	(42.794)	(39.365)	(42.794)	(39.367)
<b>Não circulante</b>	<b><u>170.022</u></b>	<b><u>104.343</u></b>	<b><u>170.022</u></b>	<b><u>104.343</u></b>

### (i) Ativos biológicos em formação

Referem-se, substancialmente, a aves, peixes e suínos, cujo período de formação é de, aproximadamente, 45 dias, 90 dias e 180 dias respectivamente, e serão utilizados para o abate e

produção de carnes. A Administração considerou que em função do seu curto ciclo de formação, os custos dos insumos aplicados neste estágio, representa substancialmente seu valor justo.

**(ii) Matrizes**

Os ativos biológicos de matrizes, referem-se a aves, peixes, suínos e novilhas. Para a determinação de seu valor justo a Administração levou em consideração a ausência de mercado ativo para as matrizes e o fato que sua posterior venda não representa o negócio principal da Cooperativa, as quais são realizadas com o propósito de recuperar custos. Com base nesses elementos, a Cooperativa determinou que o valor justo de tais matrizes é avaliado ao custo de aquisição, deduzidos os impostos incidentes, mais os insumos aplicados.

**(iii) Reflorestamento**

A Administração considerou que a totalidade da madeira proveniente das florestas é utilizada como insumo para a produção de *pallets* e lenha utilizada integralmente para consumo interno. Desta forma, o valor justo do reflorestamento está substancialmente representado por seu custo de formação (mão de obra, mudas, desbastes, tratos culturais e outros).

**b. Movimentação do saldo**

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Aves	87.502	2.087.450	(2.022.898)	152.054
Peixes	32.425	434.090	(416.376)	50.139
Suínos	29.115	336.981	(321.886)	44.210
Novilhas	356	9.856	(9.774)	438
Ovos férteis	399	48.118	(48.491)	26
<b>Circulante</b>	<b>149.797</b>	<b>2.916.495</b>	<b>(2.819.425)</b>	<b>246.867</b>
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Reflorestamento (i)	57.892	60.074	(4)	117.962
Aves matrizes	59.612	67.800	(58.707)	68.705
Novilhas matrizes	11.322	10.833	(9.033)	13.122
Suínos matrizes	14.121	6.797	(8.506)	12.412
Peixes matrizes	761	83	(229)	615
(-) depreciação Amortização e exaustão	(39.365)	(55.967)	52.538	(42.794)
<b>Não circulante</b>	<b>104.343</b>	<b>89.620</b>	<b>(23.941)</b>	<b>170.022</b>

(i) As adições de reflorestamento incluem a variação de preço dos contratos de arrendamento de terras para o plantio das florestas.

## 15 Investimentos

### a. Composição do investimento

Em entidades cooperativas	Participação	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
					Não auditado
Frimesa Cooperativa Central	18,37%	47.620	29.250	47.620	29.250
Cotriguaçu Cooperativa Central	20,96%	36.444	31.982	36.444	31.982
Unitá Cooperativa Central	49,99%	38.999	38.999	38.999	38.999
Coocentral	6,35%	1.793	9.902	1.793	9.902
Cooperflora	39,35%	22	14	22	14
Sicredi	11,03%	8.390	7.758	8.390	7.758
Sicoob		1	-	1	-
(-) Perdas em investimentos		(1.793)	(4.494)	(1.793)	(5.072)
<b>Em entidades controladas</b>		<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
					Não auditado
Copfrio Loc. de Arm. Frig. Ltda.	99,80%	642	4.483	-	-
Ágio na aquisição – Copfrio		2.419	-	-	-
Constel Tecnologia Ltda.	99,80%	4.125	2.305	-	-
Tilápia Pisces Prod. da Aquic. Ltda.	100%	35.684	-	-	-
Ágio na aquisição – Tilápia Pisces		27.017	-	-	-
<b>Outras entidades</b>					
Super Campo S.A.	8,00%	3.000	-	3.000	-
Outros investimentos		-	-	34	4
		<b>204.363</b>	<b>120.199</b>	<b>134.510</b>	<b>112.837</b>

Os investimentos em sociedades cooperativas estão avaliados pelo custo de aquisição.

Os investimentos em entidades controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

### b. Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Aumento / baixa de capital	Dividendos	Aquisição	Outros	Saldo em 31/12/2020
Frimesa	29.250	-	18.370	-	-	-	47.620
Cotriguaçu	31.982	-	-	4.462	-	-	36.444
Unitá	38.999	-	-	-	-	-	38.999
Coocentral	9.902	-	(8.109)	-	-	-	1.793
Coperflora	14	-	8	-	-	-	22
Sicredi	7.758	-	632	-	-	-	8.390
Sicoob	-	-	1	-	-	-	1
Copfrio	4.483	(636)	-	-	-	(786)	3.061
Constel	2.305	1.820	-	-	-	-	4.125
Tilápia Pisces (i)	-	19	-	-	34.140	28.542	62.701
Supercampo	-	-	3.000	-	-	-	3.000
Perdas (ii)	(4.494)	-	-	-	-	2.701	(1.793)
	<b>120.199</b>	<b>1.203</b>	<b>13.902</b>	<b>4.462</b>	<b>34.140</b>	<b>30.457</b>	<b>204.363</b>

	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Aumento / baixa de capital	Dividendos	Aquisição	Outros	Saldo em 31/12/2019
Frimesa	29.250	-	-	-	-	-	29.250
Cotriguaçu	28.204	-	-	3.778	-	-	31.982
Unitá	38.999	-	-	-	-	-	38.999
Coocentral	9.902	-	-	-	-	-	9.902
Coperflora	1	-	5	8	-	-	14
Sicredi	6.360	-	1.398	-	-	-	7.758
Copfrio	4.789	(306)	-	-	-	-	4.483
Constel	1.419	894	-	-	-	(8)	2.305
(-) Perdas (ii)	(2.700)	-	-	-	-	(1.794)	(4.494)
	<b>116.224</b>	<b>588</b>	<b>1.403</b>	<b>3.786</b>	<b>-</b>	<b>(1.802)</b>	<b>120.199</b>

- (i) O valor de aquisição refere-se aos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na aquisição da Tilápia Pisces e o valor de outros refere-se ao ágio gerado na aquisição, conforme demonstrado na nota 2.1 (a) e (b).
- (ii) A provisão para perda é referente ao investimento na Coocentral, onde a Administração da Cooperativa reconheceu uma perda do investimento devido a resultados negativos apresentados.

## 16 Imobilizado

### a. Composição do saldo

	Controladora					
	2020			2019		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	261.233	-	261.233	170.251	-	170.251
Edifícios e benfeitorias	820.867	(224.015)	596.852	777.777	(191.652)	586.125
Máquinas e equipamentos	635.589	(341.575)	294.014	583.612	(291.180)	292.432
Veículos	115.156	(67.615)	47.541	102.167	(60.163)	42.004
Instalações	103.613	(55.355)	48.258	95.236	(47.197)	48.039
Móveis e utensílios	15.114	(8.286)	6.828	13.606	(7.336)	6.270
Máquinas e implementos agrícolas	14.767	(10.774)	3.993	12.837	(9.227)	3.610
Equipamentos de informática	17.249	(12.169)	5.080	16.008	(11.011)	4.997
Aparelhos de comunicação	513	(426)	87	843	(636)	207
Poços artesianos	624	(315)	309	624	(296)	328
Construções em andamento (i)	266.119	-	266.119	146.275	-	146.275
Imobilizado em trânsito	11.230	-	11.230	61.046	-	61.046
	<b>2.262.074</b>	<b>(720.530)</b>	<b>1.541.544</b>	<b>1.980.282</b>	<b>(618.698)</b>	<b>1.361.584</b>

- (i) Referem-se à projetos em andamento como construção do Centro de Distribuição de Frigorificadores – Corbélia/PR, adequações do Abatedouro de Aves de Cafelândia/PR, ampliação do Matrizeiro de Moreira Sales/PR e ampliação da armazenagem e secagem de cereais nas unidades de Palmitolândia, Formosa do Oeste e Jesuítas.



	<b>Consolidado</b>					
	<b>2020</b>			<b>2019</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Líquido</b>
Terrenos	261.233	-	261.233	170.251	-	170.251
Edifícios e benfeitorias	821.891	(224.085)	597.806	778.092	(191.697)	586.395
Máquinas e equipamentos	636.504	(341.845)	294.659	583.938	(291.311)	292.627
Veículos	115.255	(67.667)	47.588	102.266	(60.202)	42.064
Instalações	104.076	(55.550)	48.526	99.998	(47.816)	52.182
Móveis e utensílios	15.292	(8.393)	6.899	13.779	(7.429)	6.350
Máquinas e implementos agrícolas	14.767	(10.774)	3.993	12.837	(9.227)	3.610
Equipamentos de informática	25.695	(16.077)	9.618	20.603	(14.259)	6.344
Aparelhos de comunicação	3.587	(2.035)	1.552	3.337	(1.754)	1.583
Poços artesianos	624	(315)	309	624	(296)	328
Construções em andamento	272.467	-	272.467	146.367	-	146.367
Imobilizado em trânsito	11.230	-	11.230	61.046	-	61.046
	<b>2.282.621</b>	<b>(726.741)</b>	<b>1.555.880</b>	<b>1.993.138</b>	<b>(623.991)</b>	<b>1.369.147</b>

## b. Movimentação do custo

	<b>2020</b>				
	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Terrenos	170.251	91.001	(19)	-	261.233
Edifícios e benfeitorias	777.777	2.737	(204)	40.557	820.867
Máquinas e equipamentos	583.612	7.285	(2.500)	47.192	635.589
Veículos	102.167	18.983	(5.994)	-	115.156
Instalações	95.236	-	-	8.377	103.613
Móveis e utensílios	13.606	781	(223)	950	15.114
Máquinas e implementos agrícolas	12.837	2.710	(780)	-	14.767
Equipamentos de informática	16.008	1.794	(887)	334	17.249
Aparelhos de comunicação	843	25	(382)	27	513
Poços artesianos	624	-	-	-	624
Construções em andamento	146.275	217.884	(603)	(97.437)	266.119
Imobilizado em trânsito	61.046	(49.816)	-	-	11.230
	<b>1.980.282</b>	<b>293.384</b>	<b>(11.592)</b>	<b>-</b>	<b>2.262.074</b>

	<b>2019</b>				
	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
Terrenos	168.506	2.129	(384)	-	170.251
Edifícios e benfeitorias	742.524	2.628	(2.762)	35.387	777.777
Máquinas e equipamentos	538.998	6.389	(2.953)	41.178	583.612
Veículos	86.623	27.901	(12.357)	-	102.167
Instalações	86.306	-	-	8.930	95.236
Móveis e utensílios	13.316	384	(202)	108	13.606
Máquinas e implementos agrícolas	11.070	1.758	(267)	276	12.837
Equipamentos de informática	22.452	1.840	(8.598)	314	16.008
Aparelhos de comunicação	1.189	56	(416)	14	843
Poços artesianos	624	-	-	-	624
Construções em andamento	98.260	137.495	(3.273)	(86.207)	146.275
Imobilizado em trânsito	-	61.046	-	-	61.046
	<b>1.769.868</b>	<b>241.626</b>	<b>(31.212)</b>	<b>-</b>	<b>1.980.282</b>

**c. Movimentação da depreciação**

<b>2020</b>					
<b>Controladora</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Edifícios e benfeitorias	(191.652)	(32.448)	85	-	(224.015)
Máquinas e equipamentos	(291.180)	(52.219)	1.824	-	(341.575)
Veículos	(60.163)	(13.210)	5.758	-	(67.615)
Instalações	(47.197)	(8.158)	-	-	(55.355)
Móveis e utensílios	(7.336)	(1.158)	208	-	(8.286)
Máquinas e implementos agrícolas	(9.227)	(2.208)	661	-	(10.774)
Equipamentos de informática	(11.011)	(1.898)	740	-	(12.169)
Aparelhos de comunicação	(636)	(46)	256	-	(426)
Poços artesanais	(296)	(19)	-	-	(315)
	<b>(618.698)</b>	<b>(111.364)</b>	<b>9.532</b>	<b>-</b>	<b>(720.530)</b>

<b>2019</b>					
<b>Controladora</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
Edifícios e benfeitorias	(161.473)	(30.218)	39	-	(191.652)
Máquinas e equipamentos	(244.619)	(48.245)	1.684	-	(291.180)
Veículos	(60.302)	(11.508)	11.647	-	(60.163)
Instalações	(39.586)	(7.611)	-	-	(47.197)
Móveis e utensílios	(6.462)	(1.058)	184	-	(7.336)
Máquinas e implementos agrícolas	(7.069)	(2.158)	-	-	(9.227)
Equipamentos de informática	(17.537)	(1.977)	8.503	-	(11.011)
Aparelhos de comunicação	(933)	(113)	410	-	(636)
Poços artesanais	(277)	(19)	-	-	(296)
	<b>(538.258)</b>	<b>(102.907)</b>	<b>22.467</b>	<b>-</b>	<b>(618.698)</b>

**d. Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo realizou avaliação quanto a existência de indicadores de que seu ativo imobilizado poderia estar registrado por valor acima do seu valor recuperável.

Em 2020, com base nesta avaliação realizada pela Administração, não foi identificada necessidade da constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos em questão.

**e. Revisão das vidas úteis**

Ao final do exercício de 2020, o Grupo revisou a estimativa das vidas úteis dos ativos e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

**f. Garantias**

Como parte dos requerimentos necessários para a realização de determinadas operações de crédito, o Grupo fornece garantias baseadas em imóveis de propriedade da Cooperativa, conforme descrito na nota 20 (e).

## 17 Intangível

### a. Composição do saldo

	<b>Controladora</b>					
	<b>2020</b>			<b>2019</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Líquido</b>
<b>Vida útil definida</b>						
Marcas e patentes	1.167	(464)	703	689	(388)	301
Software	9.747	(8.124)	1.623	9.649	(6.855)	2.794
Cessão de uso	-	-	-	540	(106)	434
	<b>10.914</b>	<b>(8.588)</b>	<b>2.326</b>	<b>10.878</b>	<b>(7.349)</b>	<b>3.529</b>
	<b>Consolidado</b>					
	<b>2020</b>			<b>2019</b>		
				<b>Não auditado</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Líquido</b>
<b>Vida útil definida</b>						
Marcas e patentes	1.193	(485)	708	693	(392)	301
Software	10.270	(8.386)	1.884	10.107	(7.044)	3.063
Cessão de uso	7.254	(1.613)	5.641	7.560	(928)	6.632
	<b>18.717</b>	<b>(10.484)</b>	<b>8.233</b>	<b>18.360</b>	<b>(8.364)</b>	<b>9.996</b>
<b>Vida útil indefinida</b>						
Ágio aquisição Copfrio	2.418	-	2.418	-	-	-
Ágio aquisição Tilápia	27.017	-	27.017	-	-	-
	29.435	-	29.435	-	-	-
	<b>48.152</b>	<b>(10.484)</b>	<b>37.668</b>	<b>18.360</b>	<b>(8.364)</b>	<b>9.996</b>

### b. Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes. Este ágio está sendo amortizado fiscalmente.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo realizou avaliação quanto a existência de indicadores de que seu ágio poderia estar registrado por valor acima do seu valor recuperável.

Em 2020, com base nesta avaliação realizada pela Administração, não foi identificada necessidade da constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos em questão.

**c. Movimentação do custo**

		<b>2020</b>		
<b>Controladora</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Marcas e patentes	689	478	-	1.167
Software	9.649	98	-	9.747
Cessão de uso	540	-	(540)	-
	<b>10.878</b>	<b>576</b>	<b>(540)</b>	<b>10.914</b>

		<b>2019</b>		
<b>Controladora</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
Marcas e patentes	638	51	-	689
Software	13.157	169	(3.677)	9.649
Cessão de uso	540	-	-	540
	<b>14.335</b>	<b>220</b>	<b>(3.677)</b>	<b>10.878</b>

**d. Movimentação da amortização**

		<b>2020</b>		
<b>Controladora</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Marcas e patentes	(388)	(76)	-	(464)
Software	(6.855)	(1.269)	-	(8.124)
Cessão de uso	(106)	(11)	117	-
	<b>(7.349)</b>	<b>(1.356)</b>	<b>117</b>	<b>(8.588)</b>

		<b>2019</b>		
<b>Controladora</b>	<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31/12/2019</b>
Marcas e patentes	(333)	(55)	-	(388)
Software	(9.131)	(1.401)	3.677	(6.855)
Cessão de uso	(84)	(22)	-	(106)
	<b>(9.548)</b>	<b>(1.478)</b>	<b>3.677</b>	<b>(7.349)</b>

**e. Revisão das vidas úteis**

Ao final do exercício de 2020, o Grupo revisou a estimativa das vidas úteis dos ativos intangíveis e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

## 18 Débito com cooperados e não cooperados

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
				<b>Não auditado</b>
Estoque a fixar (i)	202.376	175.802	202.376	175.802
Estoque a fixar consumido (ii)	273.413	226.150	273.413	226.150
Contas a pagar	122.978	30.706	122.978	30.706
Adiantamento de associados	42.355	24.854	42.355	24.854
Outros valores a pagar	6.225	5.900	6.225	5.900
	<b>647.347</b>	<b>463.412</b>	<b>647.347</b>	<b>463.412</b>

- (i) Refere-se a produtos recebidos de associados com preço a fixar que foram registrados contabilmente em conta própria de estoque, individualizada, tendo contrapartida registrada em conta de ativo, mensurados ao valor justo, conforme descrito na nota explicativa 13.
- (ii) A conta refere-se à provisão para fixação relativa aos produtos agrícolas entregues pelos produtores rurais, que foram comercializados ou consumidos em processo de industrialização, e que ainda não tiveram preço de negociação definido ou fixado. Essa obrigação está valorizada ao preço de mercado na data de encerramento das demonstrações financeiras e a Cooperativa monitora sua exposição pela variação dos preços das *commodities*, firmando contratos de compra e venda com preços definidos junto a produtores e fornecedores de grãos.

## 19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
				<b>Não auditado</b>
Duplicatas a pagar	363.354	274.301	376.360	280.749
Contratos a pagar	77.055	-	70.055	138
Outros	2.362	24.226	2.314	24.178
	<b>442.771</b>	<b>298.527</b>	<b>448.729</b>	<b>305.065</b>
Circulante	417.546	298.389	418.658	299.495
Não circulante	25.225	138	30.071	5.570

## 20 Empréstimos e financiamentos

### a. Abertura por modalidade

	Taxas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
					<b>Não auditado</b>
Capital de giro	2,86% - 7,22%	1.463.210	1.089.838	1.463.418	1.090.158
Operações M.E.	2,86% - 5,92%	416.273	364.637	416.273	364.637
Investimentos	2,50% - 9,50%	275.285	306.557	275.285	306.557
Prodecoop	2,50% - 9,50%	95.079	34.454	95.079	34.454
Cotas-parte	6,50%	2.389	4.773	2.389	4.773
		<b>2.252.236</b>	<b>1.800.259</b>	<b>2.252.444</b>	<b>1.800.579</b>
Circulante		1.478.380	1.255.634	1.478.505	1.255.746
Não circulante		773.856	544.625	773.939	544.833

## b. Movimentação dos empréstimos

	Saldo em 31/12/2019	Captações	Pagamento de principal e juros	Apropriação de juros	Variação cambial	Saldo em 31/12/2020
Capital de giro	1.089.838	1.671.200	(1.363.018)	65.821	(631)	1.463.210
Prodecoop	364.637	120.630	(95.524)	26.530	-	416.273
Investimentos	306.557	22.681	(68.948)	14.995	-	275.285
Operações em M.E	34.454	91.637	(35.704)	1.673	3.019	95.079
Cotas-parte	4.773	-	(2.596)	212	-	2.389
	<b>1.800.259</b>	<b>1.906.148</b>	<b>(1.565.790)</b>	<b>109.231</b>	<b>2.388</b>	<b>2.252.236</b>
	Saldo em 31/12/2018	Captações	Pagamento de principal e juros	Apropriação de juros	Variação cambial	Saldo em 31/12/2019
Capital de giro	893.400	1.135.502	(1006.092)	67.028	-	1.089.838
Prodecoop	288.458	134.772	(79.979)	21.386	-	364.637
Investimentos	315.460	48.102	(73.994)	16.989	-	306.557
Operações em M.E	59.817	-	(29.634)	2.878	1.393	34.454
Cotas-parte	15.992	-	(11.568)	349	-	4.773
	<b>1.573.127</b>	<b>1.318.376</b>	<b>(1.201.267)</b>	<b>108.630</b>	<b>1.393</b>	<b>1.800.259</b>

## c. Abertura por vencimento

Em 31 de dezembro, as parcelas relativas ao passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019 Não auditado
2021	-	112.949	-	113.108
2022	227.687	112.322	227.770	112.371
2023	160.471	94.078	160.471	94.078
2024	108.397	60.792	108.397	60.792
2025	94.284	47.896	94.284	47.896
Após 2025	183.017	116.588	183.017	116.588
	<b>773.856</b>	<b>544.625</b>	<b>773.939</b>	<b>544.833</b>

## d. Compromissos (“covenants”)

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa possui contratos com cláusula contratual restritiva (*covenants*), conforme segue:

Agente financeiro	Modalidade	Emissão	Valor captado (em milhares Reais / em milhares USD)	Vencimento	Covenants
Citibank	PPE	01/02/2016	USD 15.000	05/01/2021	(a), (b) e (c)
Santander	CPRF	04/03/2020	BRL 10.000	02/03/2023	(c) e (d)
Santander	CPRF	22/10/2020	BRL 70.000	21/10/2025	(a), (e) e (f)

- a) Índice de liquidez corrente: igual ou superior a 1,10;
- b) Índice de alavancagem: igual ou inferior a 3,50;
- c) Caixa mínimo de R\$ 250.000;
- d) Índice de liquidez corrente: igual ou superior a 1,10;

- e) Índice dívida líquida / EBITDA: igual ou inferior a 4,0;  
f) Caixa mínimo de R\$ 400.000.000.

O não cumprimento dos indicadores acima implicará em considerar os empréstimos antecipadamente vencidos.

#### e. Garantias

Como parte dos requerimentos necessários para a realização de determinadas operações de crédito, o Grupo fornece garantias baseadas em imóveis de propriedade da Cooperativa, avais e penhor de produtos e insumos, conforme descrito abaixo:

	Saldo devedor 2020	Aval da diretoria	Hipoteca e penhor de imóveis	Penhor de produtos e insumos
Capital de giro	1.463.210	1.463.210	-	137.000
Cotas-parte	2.389	2.389	-	-
Investimentos / Prodecoop	370.364	370.364	1.503.095	9.165
Operações M.E.	416.273	416.273	-	-
	<b>2.252.236</b>	<b>2.252.236</b>	<b>1.503.095</b>	<b>146.165</b>

## 21 Obrigações sociais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019 Não auditado
INSS	9.243	12.659	9.349	12.747
ICMS	5.204	4.448	5.204	4.453
FGTS	2.567	2.368	2.600	2.396
IRRF	2.130	1.670	2.168	1.700
PIS e COFINS	419	383	495	432
IRPJ	-	-	14	1
Outros	430	556	452	561
	<b>19.993</b>	<b>22.084</b>	<b>20.282</b>	<b>22.290</b>

## 22 Obrigações com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019 Não auditado
Provisão para férias	32.761	29.863	32.955	30.016
Programa de participação nos resultados	17.910	13.052	18.004	13.140
Salários e ordenados	16.860	14.976	16.861	14.977
Outros	335	319	335	319
	<b>67.866</b>	<b>58.210</b>	<b>68.155</b>	<b>58.452</b>

## 23 Outros débitos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019 Não auditado
Quotas partes a pagar	7.651	13.512	7.651	13.512
Adiantamento de clientes	21.400	7.205	21.400	7.205
Provisões diversas	5.501	3.503	5.501	3.503
Outros	20.401	17.149	20.403	17.156
	<b>54.953</b>	<b>41.369</b>	<b>54.955</b>	<b>41.376</b>
Circulante	50.051	33.781	50.053	33.781
Não circulante	4.902	7.588	4.902	7.595

## 24 Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2020, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, foram realizados conforme os termos e as condições acordados entre as partes, os quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros, não relacionados à Cooperativa, e estão apresentados a seguir.

### (i) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração é composto pelo Conselho de Administração e Diretoria para um mandato de 04 (quatro) anos, e o Conselho Fiscal para um mandato de 01 (um) ano, designados mediante aprovação dos sócios da Cooperativa, na Assembleia Geral Ordinária.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 2.726 (R\$ 2.719 em 2019). A Cooperativa não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

### (ii) Outras transações com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas estão compostos da seguinte forma:

	Controladora			
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2020	2019	2020	2019
<b>Contas a receber</b>	<b>5.897</b>	<b>3.100</b>	-	-
Copfrio	500	-	-	-
Constel	4.746	1.656	-	-
Tilápia Pisces	-	-	-	-
Outros (i)	651	1.444	-	-
<b>Contas a pagar</b>	<b>(2.515)</b>	<b>(1.866)</b>	<b>(6.419)</b>	<b>(5.802)</b>
Copfrio	(50)	(52)	(2.303)	(1.928)
Constel	-	-	(4.116)	(3.874)
Tilápia Pisces	(198)	-	-	-
Outros (i)	(2.267)	(1.814)	-	-



- (i) Refere-se à transações realizadas com membros da administração na qualidade de associados da Cooperativa. Estas transações são realizadas de acordo com termos e condições usuais de mercado praticados entre a Cooperativa e seus associados.

## 25 Provisões para contingências

O Grupo é envolvido em processos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários onde discute essas questões tanto na esfera judicial quanto administrativa. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pelo Grupo, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

Abaixo está representado os passivos contingentes de riscos considerados prováveis:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
				Não auditado
Trabalhista (i)	8.122	10.418	8.122	10.418
Cível	650	1.854	749	1.953
Civil pública (ii)	10.228	10.228	10.228	10.228
Honorários advocatícios	5.258	-	5.258	-
	<b>24.258</b>	<b>22.500</b>	<b>24.357</b>	<b>22.599</b>

- (i) A natureza das ações trabalhistas, consiste principalmente em reclamações de ex-empregados vinculados a disputas sobre o montante pago em demissões;
- (ii) Refere-se a ação interposta pelo Ministério Público do Trabalho por exceder os limites de horas de trabalho e intervalos de jornada determinado por lei.

Existem outros processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante total de R\$ 19.985 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 15.398 em 2019), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

## 26 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

### Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social foram calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A aplicação de tais alíquotas leva em consideração o regime tributário de lucro real da Cooperativa. A despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
				Não auditado
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	362.238	362.314	362.791	362.603
Adições permanentes				
(+) Provisões ou perdas estimadas não dedutíveis	23.440	13.364	23.443	13.393
(+) Outras adições	-	-	1.147	877

Exclusões permanentes				
(-) Reversões ou uso de perdas estimadas não dedutíveis	(21.218)	(19.101)	(21.215)	(19.387)
(-) Resultado com associados	<u>(319.109)</u>	<u>(318.053)</u>	<u>(319.109)</u>	<u>(318.053)</u>
 (=) Base de cálculo	 <u>45.351</u>	 <u>38.524</u>	 <u>47.057</u>	 <u>39.433</u>
IRPJ (15%) e CSLL (9%)	<u>10.884</u>	<u>9.246</u>	<u>11.294</u>	<u>9.465</u>
Base para IRPJ adicional	<u>45.111</u>	<u>38.284</u>	<u>46.516</u>	<u>38.963</u>
Adicional IRPJ (10%)	<u>4.511</u>	<u>3.828</u>	<u>4.652</u>	<u>3.897</u>
Total do IRPJ e CSLL	<u><b>15.395</b></u>	<u><b>13.074</b></u>	<u><b>15.945</b></u>	<u><b>13.362</b></u>
 Taxa efetiva	 4,25%	 3,61%	 4,40%	 3,69%

## 27 Patrimônio líquido

### a. Capital Social

O capital social está representado da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Total do capital integralizado	115.834	104.232
Número de quotas-partes	115.833.868	104.231.912
Valor unitário das quotas	1,00	1,00
Número de associados	6.271	5.954

De acordo com o Art. 19 do Estatuto Social, cumpre ao Conselho de Administração elaborar a tabela básica de capital para identificar a quantidade de quotas-partes a serem subscritas pelo associado, a qual determina o valor mínimo de acordo com a atividade por ele exercida, a proporcionalidade da operação, bem como a forma de integralização.

Para efeito de aumento de capital, conforme determina o Art. 21 do Estatuto Social, serão retidos até 3% do valor bruto da produção comercializada pelo associado.

A cooperativa restituirá parte do capital social conforme determina o Art. 29 do Estatuto Social para o associado que completar 20 ou mais anos de filiação na proporção:

- de 20% do valor de suas quotas-parte aquele que se enquadrar na faixa etária de 55 a 59 anos de idade;
- de 40% do valor de suas quotas-parte aquele que se enquadrar na faixa etária de 60 a 64 anos de idade;
- de 60% do valor de suas quotas-parte aquele que se enquadrar na faixa etária de 65 a 69 anos de idade;
- da totalidade de suas quotas-parte ao associado que completar 70 anos de idade, e posteriormente, a cada novo ciclo de 5 anos, obrigando-se a preservar sempre o valor mínimo exigido para admissão na Cooperativa.

### b. Reservas e destinações

De acordo com os Art. 86 e 88 do Estatuto Social as destinações dos resultados serão feitas de acordo com sua natureza sendo:

**(i) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES**

- a. 10% das sobras apuradas no exercício;
- b. Resultados decorrentes da participação em sociedades não cooperativas;
- c. Resultados de operações com terceiros;
- d. Créditos de terceiros não reclamados, decorridos um ano.

**(ii) Reserva legal**

- a. 20% das sobras apuradas no exercício;
- b. Créditos de associados não reclamados, decorridos um ano;
- c. Capital a restituir não reclamado após dois anos de desligamento do associado;
- d. Auxílios e doações sem destinações específicas.

**(iii) Reserva de desenvolvimento**

- a. 25% das sobras apuradas no exercício.

**(iv) Sobras a disposição da Assembleia Geral Ordinária – AGO**

Os 45% remanescentes, serão distribuídos, após o referendo da Assembleia Geral Ordinária, entre os associados, proporcionalmente ao valor das operações por eles efetuadas no período com a Cooperativa.

As sobras referente a 2019 no valor de R\$ 52.947 foram liquidadas em 2020. As destinações legais em 31 de dezembro de 2020 se deram da seguinte forma:

	2020		
	Associados	Terceiros	Total
Sobras e lucro líquido do exercício	319.109	27.734	346.843
Reserva de capital	(109.415)	(14.699)	(124.114)
Constituição de reserva especial	(32.330)	-	(32.330)
<b>Saldo antes das destinações</b>	<b>177.364</b>	<b>13.035</b>	<b>190.399</b>
FATES - resultado com terceiros	-	(13.035)	(13.035)
FATES (10%)	(17.736)	-	(17.736)
Reserva legal (20%)	(35.473)	-	(35.473)
Reserva de desenvolvimento (25%)	(44.341)	-	(44.341)
<b>Sobras a disposição da AGO</b>	<b>79.814</b>	<b>-</b>	<b>79.814</b>

**c. Reserva especial**

De acordo com Art. 90 do Estatuto Social, a Assembleia Geral poderá criar outras reservas, inclusive rotativas, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

Tendo em vista os bons resultados apresentados pela atividade avícola, suinícola e de piscicultura, optou-se pela criação de uma reserva especial, a qual poderá ser revertida futuramente para amortizar possíveis resultados negativos apresentado pelas atividades.

A reserva especial está representada da seguinte forma:

Discriminação	Aves	Suínos	Peixes	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	110.000	-	-	110.000
Constituição de reserva em 2020	10.000	13.948	10.000	33.948
Correção das reservas	2.259	71	-	2.330
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>122.259</b>	<b>14.019</b>	<b>10.000</b>	<b>146.278</b>

**d. Reserva de capital**

Instituída pela Lei Estadual 13.212/2001 (Lei Brandão), refere-se a créditos presumido de ICMS que visa igualar as condições tributárias das indústrias de carnes instaladas no Paraná com os demais Estados do país.

**e. Ajuste de avaliação patrimonial**

Os ajustes de avaliação patrimonial estão representados da seguinte forma:

	Controladora	
	2020	2019
Terrenos	66.420	66.420
Edificações	29.366	31.989
Veículos	-	4
	<b>95.786</b>	<b>98.413</b>

**f. Contabilidade de hedge**

Compreende a parcela efetiva da variação líquida acumulada no valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa, até que seja reconhecido no resultado ou diretamente incluído no custo inicial ou outro valor contábil de um ativo ou passivo não financeiro.

## 28 Ingressos e receitas operacional líquidas

	Cooperados	Não cooperados	Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
Vendas mercado interno	2.965.301	577.812	3.543.113	2.683.748	3.536.995	2.677.961
Vendas mercado externo	2.057.820	89.634	2.147.454	1.713.646	2.147.454	1.713.646
Receita com prestação de serviços	52	3.253	3.305	3.671	15.403	14.972
<b>Ingressos e receita bruta</b>	<b>5.023.173</b>	<b>670.699</b>	<b>5.693.872</b>	<b>4.401.065</b>	<b>5.699.852</b>	<b>4.406.579</b>
(-) Impostos sobre vendas	(177.550)	(23.854)	(201.404)	(181.215)	(202.736)	(182.463)
(-) Devoluções e abatimentos	(69.656)	(7.891)	(77.547)	(89.429)	(77.547)	(89.429)
(-) Descontos incondicionais	(43.415)	(3.140)	(46.555)	(18.499)	(46.555)	(18.499)
<b>Total ingressos e receita líquida</b>	<b>4.732.552</b>	<b>635.814</b>	<b>5.368.366</b>	<b>4.111.922</b>	<b>5.373.014</b>	<b>4.116.188</b>

## 29 Dispêndios e custos das vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
				<b>Não auditado</b>
Matéria-prima	3.155.826	2.309.073	3.155.826	2.309.073
Subcontratação Unitá	365.854	249.983	365.854	249.983
Depreciação e amortização	133.479	128.632	133.796	129.083
Exaustão de reflorestamento	2.978	5.074	2.978	5.074
Salários e ordenados	151.379	139.848	151.379	139.848
Terceirização de pessoal	3.859	2.864	3.859	2.864
Manutenção e reparos	58.257	53.530	58.411	53.612
Energia elétrica	48.436	46.364	49.119	47.162
Material de uso e consumo	22.870	24.822	22.870	24.822
Vale transporte	24.112	13.457	24.112	13.457
INSS	26.326	24.801	26.326	24.801
FGTS	15.281	15.824	15.281	15.824
Combustíveis e lubrificantes	14.051	15.863	14.051	15.863
Provisão de férias	17.998	16.354	17.998	16.354
Provisão de 13º salário	12.727	11.704	12.727	11.704
Outros custos	69.546	66.507	67.107	63.864
	<b>4.122.979</b>	<b>3.124.700</b>	<b>4.121.694</b>	<b>3.123.388</b>

## 30 Dispêndios e despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
				<b>Não auditado</b>
Frete	323.270	244.647	323.273	244.649
Acordos e descontos	17.357	30.228	17.357	30.228
Despesas portuárias de exportação	30.615	25.394	30.615	25.394
Pedágio nacional	7.958	7.601	7.959	7.603
Comissões e bonificações	8.158	6.699	8.158	6.699
Outras	5.722	2.301	5.801	2.490
	<b>393.080</b>	<b>316.870</b>	<b>393.163</b>	<b>317.063</b>

## 31 Dispêndios e despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
				<b>Não auditado</b>
Provisões diversas	95.040	19.410	95.040	19.410
Depreciação e amortização	32.230	27.030	33.569	27.970
Consultoria e assistência técnica	23.825	23.348	23.825	23.348
Material de uso e consumo	14.219	9.301	14.230	9.315
Armazenagem	10.199	9.367	10.199	9.367
Publicidade e propaganda	9.540	7.431	9.540	7.432
Energia elétrica	8.586	9.234	8.942	9.587
Combustíveis e lubrificantes	8.332	6.310	8.338	6.318
Manutenção e reparos	4.995	3.352	5.186	3.703
Aluguéis e arrendamentos	4.326	3.330	4.334	3.340
Frete	3.882	3.063	3.882	3.064
Outras	15.681	20.966	16.323	21.207
	<b>230.855</b>	<b>142.142</b>	<b>233.408</b>	<b>144.061</b>

## 32 Dispendios e despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019 Não auditado
Salários e ordenados	72.151	64.476	73.479	65.722
Terceirização de pessoal	23.541	19.667	23.541	19.667
Vale alimentação	11.441	10.599	11.517	10.669
INSS	20.114	18.040	20.538	18.434
FGTS	10.020	9.313	10.148	9.430
Programa de participação nos resultados	17.910	13.052	18.003	13.145
Provisão de férias	11.353	10.655	11.508	10.802
Provisão de 13º salário	8.059	7.389	8.174	7.498
Indenizações trabalhistas	4.045	3.940	4.045	3.940
Outros	511	2.506	661	2.609
	<b>179.145</b>	<b>159.637</b>	<b>181.614</b>	<b>161.916</b>

## 33 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019 Não auditado
Varição cambial ativa	175.206	55.338	175.206	55.338
Rendimento de aplicações	21.807	36.126	21.852	36.209
Juros e descontos recebidos	15.483	14.202	15.549	14.209
Varição monetária ativa	5.890	6.919	5.894	6.924
	<b>218.386</b>	<b>112.585</b>	<b>218.501</b>	<b>112.680</b>
Juros sobre financiamentos	(109.231)	(108.787)	(109.231)	(108.787)
Varição cambial passiva	(208.478)	(59.969)	(208.479)	(59.970)
Juros e descontos concedidos	(49.431)	(36.310)	(49.559)	(36.493)
Varição monetária passiva	(9.321)	(5.824)	(9.321)	(5.824)
Outras	(12.119)	(17.030)	(12.132)	(17.040)
	<b>(388.580)</b>	<b>(227.920)</b>	<b>(388.722)</b>	<b>(228.114)</b>

## 34 Instrumentos financeiros

### a. Gerenciamento dos riscos:

#### *Visão geral*

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos: de crédito, de liquidez e de mercado resultantes de instrumentos financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Cooperativa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Cooperativa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do patrimônio da Cooperativa.

## b. Estrutura de gerenciamento dos riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Cooperativa pretende cobrir (por exemplo: câmbio, taxa de juros e preço das *commodities*).

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Cooperativa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Cooperativa. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Cooperativa.

A Cooperativa segue o gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

Nos termos dessa gestão, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira, mediante exame e revisão de informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo procedimentos e práticas a ele aplicadas. Nas condições de sua gestão de riscos, a Cooperativa administra alguns dos riscos através da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e vendas a descoberto.

### *Classificação dos instrumentos financeiros*

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir. Não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

	Controladora			Consolidado		
	Custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VRJ	Total contábil	Custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VRJ	Total contábil
<b>Em 31 de dezembro 2020</b>						
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	824.590	-	824.590	826.788	-	826.788
Aplicações financeiras	238.892	-	238.892	238.892	-	238.892
Contas a receber	646.164	-	646.164	646.069	-	646.069
Instrumentos financeiros derivativos	-	169.260	169.260	-	169.260	169.260
Outros créditos a receber	66.008	-	66.008	66.353	-	66.353
	<b>1.775.654</b>	<b>169.260</b>	<b>1.944.914</b>	<b>1.778.102</b>	<b>169.260</b>	<b>1.947.362</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Débito com cooperados e não cooperados	647.347	-	647.347	647.347	-	647.347
Fornecedores	442.771	-	442.771	448.729	-	448.729
Empréstimos e financiamentos	2.252.236	-	2.252.236	2.252.444	-	2.252.444
Instrumentos financeiros derivativos	-	184.218	184.218	-	184.218	184.218
	<b>3.342.354</b>	<b>184.218</b>	<b>3.526.572</b>	<b>3.348.520</b>	<b>184.218</b>	<b>3.532.738</b>

Em 31 de dezembro 2019	Controladora			Consolidado		
	Custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VRJ	Total contábil	Custo amortizado	Instrumentos financeiros por meio do resultado VRJ	Total contábil
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	639.093	-	639.093	640.872	-	640.872
Aplicações financeiras	217.089	-	217.089	217.089	-	217.089
Contas a receber	599.346	-	599.346	599.511	-	599.511
Instrumentos financeiros derivativos	-	22.054	22.054	-	22.054	22.054
Outros créditos a receber	61.288	-	61.288	59.720	-	59.720
	<b>1.516.816</b>	<b>22.054</b>	<b>1.538.870</b>	<b>1.517.192</b>	<b>22.054</b>	<b>1.539.246</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Débito com cooperados e não cooperados	463.412	-	463.412	463.412	-	463.412
Fornecedores	298.527	-	298.527	305.065	-	305.065
Empréstimos e financiamentos	1.800.259	-	1.800.259	1.800.579	-	1.800.579
Instrumentos financeiros derivativos	-	11.933	11.933	-	11.933	11.933
	<b>2.562.198</b>	<b>11.933</b>	<b>2.574.131</b>	<b>2.569.056</b>	<b>11.933</b>	<b>2.580.989</b>

As operações estão sujeitas aos fatores de riscos, descritos a seguir:

### ***Risco de crédito***

Risco de crédito é o risco da Cooperativa incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição da Cooperativa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Cooperativa considera a distribuição geográfica dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito.

A Cooperativa estabeleceu uma política de crédito, na qual novos clientes são analisados individualmente quanto à sua condição financeira antes da Cooperativa apresentar sua proposta de limite de crédito e os termos de pagamento. A revisão efetuada pela Cooperativa inclui ratings externos, quando disponíveis, e referências bancárias.

Para mitigar esses riscos, a Cooperativa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, e representam o montante máximo de exposição. Os limites são revistos periodicamente. Clientes que não atenderem às condições de crédito estabelecidas pela Cooperativa, somente são atendidos na medida em que realizarem a antecipação do pagamento.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são analisados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são industriais, atacadistas, revendedores ou clientes finais, a área geográfica, o ramo de atividade e a existência de dificuldades financeiras no passado. Clientes que são considerados como “risco alto” são monitorados, e vendas são realizadas somente com pagamento antecipado.

A política de vendas da Cooperativa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por



segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas "contas a receber".

A política de crédito da Cooperativa com o associado considera o nível de risco que está disposta a se sujeitar nas relações negociais próprias, utilizando de premissas e diretrizes na análise de concessão do crédito. O processo leva em conta os antecedentes, a capacidade, o comprometimento do patrimônio, o oferecimento de garantias reais e o grau de exposição ao risco. A gestão de crédito considera o grau de endividamento do associado, mitigando dessa forma o risco de inadimplência.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, a Cooperativa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e de baixo risco avaliadas por agências de rating e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que a Cooperativa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Tipicamente, a Cooperativa garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com dispêndios e despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

### ***Risco de mercado***

#### ***(i) Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado (tais como as taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros), têm nos ganhos da Cooperativa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa opera com instrumentos financeiros derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

As oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos ingressos e receitas e nos dispêndios, despesas e custos da Cooperativa. Para mitigar esses riscos, a Cooperativa monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

#### ***(ii) Risco com taxa de juros***

O risco associado é oriundo da possibilidade da Cooperativa incorrer em ganhos e/ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros e que aumentem os dispêndios e despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Cooperativa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações

para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, buscando diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações com instrumentos financeiros derivativos para travar o custo financeiro das operações.

**(iii) Risco com taxa de câmbio**

A Cooperativa está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Cooperativa, o Real (R\$). A moeda nas quais estas transações são denominadas é principalmente o Dólar (USD).

Em geral, a Cooperativa protege (*hedge*) sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas para os próximos doze meses. A Cooperativa também protege as contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominadas em moeda estrangeira, quando existentes. A Cooperativa utiliza contratos de mercado futuro para proteger seu risco de moeda, sendo a maioria com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações financeiras.

A Cooperativa tem compromissos de compras, bem como parte do ingresso e da receita de vendas de commodities com preços que variam de acordo com oscilações de moeda estrangeira. Em complemento a este *hedge* natural, a Cooperativa contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio.

**(iv) Risco de variações de preços de commodities**

A Cooperativa possui saldos e transações indexados ao preço das commodities, em especial da soja, milho e trigo, expondo estes ativos e passivos às flutuações no preço das commodities, conforme demonstrado no quadro de sensibilidade.

A Cooperativa possui contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco. Adicionalmente, a Cooperativa monitora continuamente a sua exposição frente ao preço das commodities com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de novas operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade desses preços.

**(v) Risco de estrutura de capital (risco financeiro)**

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Cooperativa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Cooperativa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

**Instrumentos financeiros derivativos**

A Cooperativa tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos exclusivamente com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

A Administração da Cooperativa mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos. O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Cooperativa foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando o valor justo (mercado) desses instrumentos. A provisão para as perdas ou ganhos não realizadas é reconhecida na conta "instrumentos derivativos", no balanço patrimonial e as contrapartidas no resultado.

Os contratos futuros relacionados com moeda estrangeira são contratados com o objetivo principal de proteger vendas futuras em moeda estrangeira não apresentando, portanto, riscos que possam gerar prejuízos materiais para a Cooperativa.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil e no exterior.

No quadro abaixo, demonstramos as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras:

Ativo	2020						
	Soja	Milho	Trigo	Farelo / Óleo soja	Carnes	Moeda	Total
Compra e venda futura de <i>commodities</i> (i)	157.986	-	101	125	-	-	158.212
<i>Non Deliverable Forward</i> – NDF (ii)	-	-	-	1.178	3.681	-	4.859
Trava cambial	-	-	-	-	-	6.189	6.189
	<b>157.986</b>	<b>-</b>	<b>101</b>	<b>1.303</b>	<b>3.681</b>	<b>6.189</b>	<b>169.260</b>
<b>Passivo</b>							
Compra e venda futura de <i>commodities</i> (i)	4.403	-	-	34.581	-	-	38.984
<i>Non Deliverable Forward</i> - NDF(ii)	(180)	483	-	3.514	-	-	3.817
Opções (iv)	35.055	8.820	(74)	49.374	-	-	93.175
Swap (iii)	-	-	-	-	-	2.448	2.448
Arrendamento a pagar (v)	45.794	-	-	-	-	-	45.794
	<b>85.072</b>	<b>9.903</b>	<b>(74)</b>	<b>87.469</b>	<b>-</b>	<b>2.448</b>	<b>184.218</b>
Circulante							141.132
Não circulante							43.086

**(i) Contratos a termo de Commodities**

Os valores classificados como contratos de *commodities* referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de *commodities* através de contrato junto aos associados, clientes e instituições financeiras.

Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente.

A chamada de margem é uma equalização financeira exigida pelas bolsas de valores em operações que envolvem risco, com o objetivo de manter o bom funcionamento do mercado.

**(ii) NDFs**

Os valores classificados como contratos a termo cambiais referem-se ao valor justo de operações de NDF (*Non Deliverable Forwards*) de câmbio para proteção das exposições. Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente.

A Cooperativa realiza operações de instrumento financeiro *Non Deliverable Forward* - NDF, que se constitui em um acordo entre a Cooperativa e o banco, de compra e/ou venda de uma quantidade determinada de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desembolso de caixa no início da operação e no vencimento a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa de liquidação efetiva da moeda (definida no início da operação). O principal objetivo é oferecer uma trava de taxa futura de câmbio do contas a pagar ou a receber em moeda estrangeira no futuro. A diferença entre a taxa contratada e as cotações da

moeda é ajustada diariamente por desembolsos ou reembolsos de caixa, reconhecidos no resultado financeiro. Não há entrega física de moeda.

**(iii) Swap**

As operações de *swap* são contratadas apenas como proteção do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira. Não há desembolso de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda.

Em 31 de dezembro de 2020, a Cooperativa detinha operações de *swap*, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	USD	R\$	Indexador ativo	Indexador passivo	MTM
Swap a termo	3.571	20.000	1,64%	3,65%	(1.579)
Swap a termo	7.576	40.000	1,53%	100% CDI + 1,15%	(869)
					<b>(2.448)</b>

**(iv) Opções**

As operações de opções são contratadas como proteção para a variação no preço das *commodities*. Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente.

**(v) Arrendamento a pagar**

Refere-se à variação de preço de contratos de arrendamento de terras a pagar com sacas de soja. O valor é atualizado mensalmente com base no preço de mercado ao final de cada mês.

**c. Análise de sensibilidade**

A Cooperativa apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de variação de preço das *commodities* a que está exposta, considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros, tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2020.

**Exposição ao câmbio**

A Cooperativa possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2020 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I, a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II, esta taxa foi reduzida em 10%, e para o cenário III, foi aumentada em 10%.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra o efeito da variação cambial no resultado futuro:

Posição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Instrumentos financeiros derivativos - NDF / travas cambiais	85.944	77.350	94.538
Clientes exportação	(3.038)	(2.734)	(3.342)
Fornecedores importação	(41)	(37)	(45)
Dívida em moeda estrangeira – Swap	2.448	2.203	2.692
<b>Posição líquida</b>	<b>85.313</b>	<b>76.728</b>	<b>93.843</b>

**Exposição à variação do preço das commodities**

A Cooperativa possui saldos atrelados à cotação dos valores das *commodities* no balanço de 31 de dezembro de 2020 e para fins de análise de sensibilidade, adotou cotações vigentes em datas próximas à da divulgação das referidas demonstrações financeiras como cenário I. Para o cenário II, estas cotações foram reduzidas em 10% e, para o cenário III, foram aumentadas em 10%.

Com tais considerações, o quadro abaixo demonstra o efeito da variação do preço das commodities no resultado futuro:

Posição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Soja	153.583	138.225	168.941
Trigo	101	91	111
Óleo / Farelo	(34.456)	(31.010)	(37.902)
<b>Posição líquida</b>	<b>119.228</b>	<b>107.306</b>	<b>131.150</b>

### 35 Cobertura de seguros

A política de seguros considera principalmente a concentração de riscos e sua relevância e os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Administração, considerando a natureza das atividades desenvolvidas pelo Grupo.

### 36 Transações não envolvendo caixa

Em 17 de agosto de 2020, a Cooperativa firmou com a empresa Copisces – Cooperativa Agroindustrial de Piscicultura Písces e outros sócios pessoas físicas, contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças de 100% das quotas representativas do capital social da Tilápia Písces Produtos da Aquicultura Ltda., conforme nota explicativa 2.1. A contraprestação transferida total foi de R\$ 61.157, sendo pago R\$ 30.724 no exercício de 2020 e, R\$ 30.433 será pago em 2021, montante o qual não impactou as demonstrações de fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

### 37 COVID-19

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus (“COVID-19”) foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma “Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional”.

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. O segmento agronegócio foi pouco impactado pela pandemia, bem como, o segmento projeta um aumento da área plantada e produção para a próxima safra, o que mitiga um cenário de redução de receitas no curto e médio prazo.

A administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Cooperativa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os seus impactos nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras nenhuma medida relevante foi necessária.

  
Valter Pitol  
Diretor Presidente  
CPF 132.955.860-04

  
James Fernando de Moraes  
Diretor Vice-Presidente  
CPF 451.271.159-72

  
Silvério Constantino  
Diretor Secretário  
CPF.553.725.469-72

  
Marcos Alessandro da Silva  
Superintendente Administrativo / Financeiro  
CPF 911.367.419-68

  
Solange Aparecida dos Santos Kosinsk  
Contadora CRC/PR 051.975/O-9  
CPF 016.326.149-01

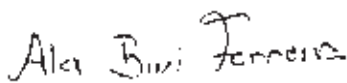
# Parecer do Conselho Fiscal

Nós, do Conselho Fiscal da COPACOL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL CONSOLATA, no cumprimento às atribuições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Sobras e Perdas, e demais peças contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

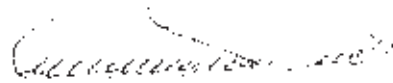
Baseados nos acompanhamentos realizados por este conselho durante o exercício, bem como nos trabalhos da Auditoria Externa e seu relatório, nas ações da Auditoria Interna, nos esclarecimentos prestados pelos diretores e superintendência administrativa financeira, somos de parecer que as demonstrações contábeis condizem com a realidade patrimonial e financeira da cooperativa em 31 de dezembro de 2020.

Por isso, recomendamos a Assembleia Geral a sua aprovação.

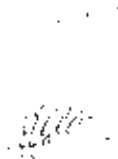
Cafelândia, 15 de janeiro de 2021.



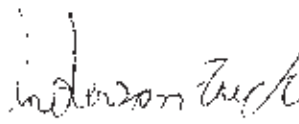
Alex Bini Ferreira



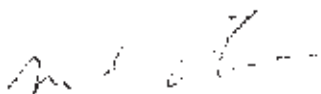
Arlindo Paulus



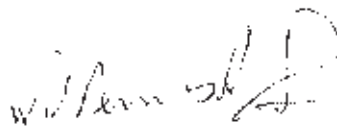
Elder Candido Gabriel



Anderson Zuck



Martim José Steimbach



Waldemar de Ré

**Copacol**  
Coopera  
Sempre